COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 4.951, DE 2013 (Apenso PL 5.217/2013)

Inclui o § 3º no art. 6º da Lei 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para estabelecer a não incidência da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) às Estações Móveis de Rádio Frequência das Operadoras de Telecomunicações.

Autor: Deputado RICARDO IZAR

Relator: Deputado JÚLIO CAMPOS

I – RELATÓRIO

O nobre Deputado Ricardo Izar apresentou, para apreciação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 4.951, de 2013, com o objetivo de incluir novo parágrafo no artigo 6º da Lei 5.070, de 7 de julho de 1966, que “Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências”, eliminando a cobrança da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) das estações móveis de radiofrequências das operadoras de telecomunicações.

À iniciativa foi apenso o Projeto de Lei nº 5.217, de 2013, de autoria do ilustre Deputado Aureo, com texto diverso, mas com objetivo idêntico ao da proposição principal.

D36BDEA458

D36BDEA458

O Projeto de Lei e seu apenso foram distribuídos à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para apreciação de mérito, à Comissão de Finanças e Tributação, para apreciação de mérito e de adequação financeira e orçamentária, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática foi aberto prazo regimental para apresentação de emendas, o qual se esgotou em 29/04/2013 sem qualquer emenda apresentada.

Compete-nos, assim, analisar a matéria no que se refere à temática do inciso III, do artigo 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

II – VOTO DO RELATOR

A grande expansão dos serviços de telecomunicações, notadamente com as seguidas gerações de telefonia celular, vem trazendo inúmeros benefícios aos cidadãos das mais diversas regiões de nosso País. O acesso aos serviços móveis tem possibilitado maior agilidade na comunicação, tanto de voz, como de dados, e também impulsiona o desenvolvimento de diversos setores.

Os Projetos de Lei nº 4.951 e 5.217, ambos de 2013, eliminam a cobrança da Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF dos equipamentos celulares utilizados pela população. Trata-se de parcela do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL que é paga anualmente por todos os clientes da telefonia móvel em valores atuais de menos de nove reais.

As proposições que analisamos são bastante meritórias, uma vez que possibilitarão decréscimo de custo para os consumidores, alavancando ainda mais o acesso aos serviços de telefonia celular. O ato de isentar da cobrança do FISTEL os aparelhos celulares não acarretará, também, impossibilidade de fiscalização dos serviços de telecomunicações como um

D36BDEA458

D36BDEA458

todo, visto que o orçamento da Anatel já prevê a fiscalização. Até porque não existe, na prática, nenhuma fiscalização dos terminais celulares, que pertencem ao grande público em geral. Nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, entretanto, focamos nossa análise sob o ponto de vista das telecomunicações e dos benefícios que advirão para os usuários com a aprovação dos projetos em tela.

Concordamos, assim, com o mérito das duas proposições. Quanto à forma, entretanto, verificamos que a redação dos projetos pode ser aperfeiçoada, mantidos os propósitos dos nobres Autores.

Neste sentido, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nº 4.951, de 2013, e de seu apenso, Projeto de Lei nº 5.217, de 2013, na forma do Substitutivo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado JÚLIO CAMPOS
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.951, DE 2013

Inclui o parágrafo 4º no art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para limitar às estações de radiofrequência das operadoras de telecomunicações a incidência da Taxa de Fiscalização de Funcionamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei inclui o parágrafo 4º no art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para limitar às estações de radiofrequência das operadoras de telecomunicações a incidência da Taxa de Fiscalização de Funcionamento, assegurando a não incidência da referida Taxa sobre os aparelhos de telefonia móvel.

Art. 2º O art. 6º da Lei 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 4º:

“Art. 6º

.....”

D36BDEA458

D36BDEA458

§ 4º A Taxa de Fiscalização de Funcionamento, a que se refere o § 2º deste artigo, não incidirá sobre estações móveis de uso individual, tais como aparelhos de telefonia móvel, de propriedade ou uso dos clientes das operadoras de telecomunicações.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado JÚLIO CAMPOS
Relator

D36BDEA458

D36BDEA458

2013_14901.docx

D36BDEA458

D36BDEA458